



FOTO: SERGIO CARA / CENTRO CELSO FURTADO

Theotonio dos Santos

POR CARMEM FEIJÓ, MONICA BRUCKMANN, ROSA FREIRE D'AGUIAR.

A entrevista com o professor Theotonio dos Santos foi concedida em sua residência no Rio de Janeiro em agosto passado, poucos meses antes de seu falecimento em fevereiro de 2018. Mesmo com saúde abalada, o professor Theotonio discorreu por quase três horas sobre sua longa trajetória de pesquisador marxista e militante de esquerda em luta permanente pela soberania das economias do Terceiro Mundo. Foi um privilégio para mim, para a jornalista Rosa Freire d'Aguiar e para a professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Monica Bruckmann, entrevistar uma personalidade que teve presença marcante em momentos cruciais da vida política de nosso continente desde os anos 1960.

Nascido em Carangola, Minas Gerais, muito cedo se destacou pela sua liderança intelectual e opção de militância política. Exilado político no golpe de 1964, tendo vivido na clandestinidade antes de ir para o exterior, a sua jornada por países vizinhos contribuiu para afinar sua formação intelectual. Na academia, deixou como legado a formulação da teoria da dependência e grande contribuição para a teoria do sistema-mundo. Autor de 38 livros, traduzidos em diversos idiomas, inclusive em mandarim, e de inúmeros artigos, como na prestigiosa *American Economic Review*, o professor Theotonio analisa nesta entrevista, com grande fluidez, a dinâmica das economias contemporâneas e as tendências de crescimento de longo prazo.

Com grande satisfação publicamos esta entrevista que também é uma homenagem póstuma ao grande pensador marxista brasileiro.

Carmem Feijó

Editora

CARMEM FEIJÓ: Podemos começar em Carangola?

THEOTONIO DOS SANTOS: Sim, eu vivi até os 6-7 anos em Carangola, mas não tenho lembranças muito fortes da cidade. Todas as famílias da região se conheciam e viviam em distintas cidadezinhas ali em volta. Então até hoje continuamos sabendo o que acontece na cidade. Minha família era de Muriaé. Meu caso é interessante, pois nasci em 1936, exatamente quando os integralistas estavam se organizando. E meu pai tinha dado ao meu irmão, que nasceu alguns anos antes, o nome de Theotonio. Pois justamente quando eu nasci, ele expulsou o filho mais velho da casa porque este anunciou que iria se juntar aos integralistas. Foi assim que eu recebi o nome de Theotonio Junior.

ROSA FREIRE D'AGUIAR: O primeiro Theotonio?

Sim, o primeiro Theotonio, porque ele era integralista. Meu pai era um liberal da Revolução de 30. Então o expulsou e quando eu nasci ele disse: este filho é que será o Theotonio. Então éramos dois Theotonio. Depois ele voltou para casa. Deixou de ser integralista, até porque o integralismo fracassou. Meu pai o aceitou desde que ele fizesse um discurso num local público rejeitando o integralismo. Depois ele foi para o Partido Comunista Brasileiro.

Fiz o ginásio em Muriaé, e aí aconteceu outra história engraçada. Eu devia estar com uns 11-12 anos, no início do curso secundário, como chamam hoje, e criei um jornalzinho chamado *A Voz Juvenil*. Fizemos uma campanha muito grande para que se tivesse em Muriaé o segundo nível da escola secundária, o que na época se chamava de científico, ou clássico. Lá só havia o então ginásio, que eram quatro anos. E lá fui eu com a minha campanha, acusando a nossa burguesia, a nossa classe dominante. Não lembro mais os termos que usei na época.

RFA: Foi sua estreia contra a “classe dominante”.

Foi... O fato é que os jovens de Muriaé tinham de ir para outra cidade, o que me parecia absurdo porque Muriaé era uma cidade importante. E eu também pensava em algo mais amplo, como a questão da juventude, da afirmação dos jovens. O diretor do ginásio era um padre, Cônego Ivo. No meu primeiro ano, fui o melhor aluno e ganhei uma medalha das mãos do Cônego Ivo. Pois então, a certa altura, ele me segurou, me pôs diante da professora de geografia, que era muito importante por lá, e disse: “Me-

nino de ouro, dona Noêmia, menino de ouro”. Pois três anos depois eu estava sendo expulso. Fui expulso do ginásio, no quarto ano. Por quê? Por causa daquela minha campanha... e das outras que vieram depois. Então, ele resolveu que o menino de ouro era, pensando bem, um menino desafiador, e que as minhas campanhas eram uma atividade comunista. Não sei de onde ele tirava essa ideia de comunismo. Na época eu não tinha o menor contato com nenhum movimento comunista.

MONICA BRUCKMANN: Mas qual era o conteúdo da publicação?

Ah, era um jornalzinho semanal, muito bom. Fizemos campanha pelo segundo nível do secundário; algo pelo progresso de Muriaé, por um campo de avião que não existia, coisas assim. Eu era muito atuante. Outra coisa interessante é que o cinema da cidade não tinha um lugar para divulgar os filmes, e eu coloquei a programação no jornalzinho. Eu divulgava e em troca podia entrar de graça para assistir a todos os filmes.

Mas fui expulso do colégio de Muriaé e entrei para o Granbery, em Juiz de Fora, que era um excelente colégio, mais aberto. Ali é que comecei a ter contato com uma literatura mais sociológica, mais brasileira também, e com os grandes pensadores brasileiros, e já havia discussões a respeito. E depois minha família se mudou para Belo Horizonte, onde entrei para o Colégio Estadual.

RFA: Onde a Dilma Rousseff estudou, não é?

Sim. A Dilma foi aluna de lá. Aí, sim, desenvolvemos uma atividade muito grande, porque já havia um movimento estudantil muito organizado. Era outro clima político, intelectual. Uma das coisas que me marcou foi o suicídio do Getúlio, em 1954. Durante a campanha para sua eleição, meu pai dizia que Getúlio não podia ganhar, porque a tradição no Brasil era que o candidato ligado ao presidente anterior sempre ganhava. Mas eu discutia com o pessoal que vendia laranja, que vendia comidinha na praça, e todos eram getulistas. Aí tive de enfrentar meu pai: “quem vai ganhar é Getúlio”. E quando Getúlio ganhou, virei um grande getulista. Daí o grande impacto que me causou a morte dele.

Quando Getúlio
ganhou, virei um
grande getulista.
Daí o grande
impacto que me
causou a morte dele.

Era um ambiente intelectual muito estimulante, com definições de linhas de pensamento e de conceitos estéticos, de discussão filosófica, e muito marcada a presença do existencialismo. Começamos a fazer uma leitura crítica do marxismo, nos anos 1960.

Foi quando decidi a questão da faculdade. Queria ir para a filosofia da USP, mas fui para a faculdade de economia da UFMG. Lá havia um sistema de bolsas de estudos — pela primeira vez no Brasil — e se ofereciam excelentes condições de estudo, com salas amplas, biblioteca etc. Havia um concurso a cada começo de ano, que assim incorporava os melhores. E tínhamos de produzir um trabalho de fim de ano e não ter faltas. Éramos cinco bolsistas. A faculdade de economia também oferecia aulas de sociologia e política e administração pública.

Economia era matéria dos dois primeiros anos, preparatórios, e depois escolhíamos permanecer na economia, ou cursar sociologia política ou administração pública. Aí se firmou o meu trabalho intelectual, e ao mesmo tempo a atividade política.

Convidamos o Celso Furtado para paraninfo da turma. Fui junto com uns colegas fazer-lhe o convite, no Ministério do Planejamento.

MB: Essa escolha intelectual foi precedida por uma militância cultural, não foi? A boemia, a Geração Complemento, por exemplo.

Isso aí é outra história... É interessante mencioná-la porque também reflete o clima da época. Quando eu já estava no Colégio Estadual, tínhamos um grupo de estudiosos que, paralelamente às aulas, cultivavam uma “boemia intelectual”. Esse grupo mais ou menos tomou conta da cultura de Belo Horizonte. Rapazes de vinte e poucos anos. E saíam discussões sobre trabalhos nossos, havia debates na imprensa. Entre os que participavam do grupo, lembro os nomes de Silviano Santiago, de Roberto Drummond, da Angel e do Klaus Vianna, do Mauricio Gomes Leite. É, tínhamos gente de toda parte, teatro, balé, cinema. E a revista, a *Complemento*, em que se travava um

bom debate intelectual, muita discussão depois dos filmes que passávamos no cine-clube. Saíram poucos números da revista, só três ou quatro. Cada número motivava uma enorme discussão na imprensa local. Daí a expressão “Geração Complemento”. De vez em quando fazem teses sobre a gente.

MB: Era uma outra proposta estética, não era?

Também. Todos nós estávamos engajados numa proposta estética. No cinema, por exemplo, levantamos a questão do neorrealismo. A certa altura, o Glauber Rocha apareceu por lá. Vinha da Bahia, com outro grupo. Assim como no Rio também havia outro grupo. O fato é que era um ambiente intelectual muito estimulante, com definições de linhas de pensamento e de conceitos estéticos, de discussão filosófica. Na época era muito marcada a presença do existencialismo. E também começamos a fazer uma leitura crítica do marxismo, num momento em que não tínhamos ainda grandes centros de pensamento marxista no Brasil. Isso começa nos anos 1960.

RFA: É na faculdade que você vai ler Marx?

Na faculdade. Havia outros grupos. Os católicos, que depois giraram em torno da AP — Ação Popular — também tinham um grupo de leitura que passava por Kant, Hegel, Marx. Já estavam interessados no marxismo. Em Petrópolis havia outro grupo, ligado aos jesuítas. E começaram a surgir grupos de leitura de *O Capital*, que era outro canal muito interessante. Já no final da década de 1950, começo de 1960, São Paulo criou o grupo de leitura de *O Capital*. E nós criamos o nosso, em Minas, e mais um, quando fomos para a Universidade de Brasília.

CF: Você vai fazer o mestrado na UnB?

Sim, o mestrado, porque Darcy Ribeiro tinha ideia de organizar a universidade em torno da pós-graduação, que prepararia os professores da graduação. Essa era uma visão um pouco elitista, mas um elitismo voltado para a pesquisa. Éramos obrigados a ficar em tempo integral na faculdade, e fazíamos seminários, trazíamos professores convidados de outras partes do país ou do exterior. Havia muita influência de São Paulo. Fui da primeira turma da UnB. Em 1962. Nessa época o André Gunder Frank chegou lá. O Darcy tinha visto um artigo dele e o chamara. Ele estava casado com a Marta Fuentes, chilena, e estudava a América Latina. Éramos um misto de professor

e aluno, porque já íamos iniciar a pós-graduação mas também éramos responsáveis por cursos. Era uma ideia fantástica, e Darcy era uma grande figura.

RFA: Você tinha já terminado o mestrado no momento do golpe militar de 1964?

Já, eu já tinha entregado minha tese. O sistema de julgamento era o voto escrito. Porém, quatro ou cinco dias depois do golpe fui um dos expulsos. Estava no primeiro grupo dos expulsos da UnB. Já tínhamos criado a Polop — Política Operária — e estávamos esperando um

golpe. Sabíamos que se preparava algum, e também havia a suspeita de que o próprio Jango estava preparando um contragolpe; portanto, haveria um choque. Bem, esperava-se algo assim. O problema é que tivemos umas três tentativas de golpe. O que nos levou a ter um treinamento de vida clandestina. Em 1962, 1963, 1964 já era a clandestinidade direto.

RFA: Mas a Polop nasce dentro da universidade? Com muito professor, muito aluno e pouco operário?

Alguns setores operários estavam participando. Em Minas estávamos numa zona com presença forte da indústria metalúrgica, então havia um grupo de operários interessante. Outros setores tinham contato conosco, como os bancários; o setor de serviços também era muito militante, e tínhamos uns cursos que oferecíamos para o pessoal.

CF: Isso tudo se dava a partir de Brasília?

Não. A Polop foi mais no Rio, era um grupo de gente ligada à Fundação Getúlio Vargas.

Éramos obrigados a ficar em tempo integral na faculdade, fazíamos seminários, trazíamos professores convidados. Éramos um misto de professor e aluno, porque já íamos iniciar a pós-graduação mas também éramos responsáveis por cursos.

RFA: Quem diria!

Quem diria, pois é... Mas nesse caso é muito interessante, porque na Fundação Getúlio Vargas já havia um grupo muito bom. Ali estava o Guerreiro Ramos, líder de toda uma corrente e que foi um dos fundadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros); também havia o Rui Mauro Marini, outro companheiro nosso, que teve grande influência no nosso pensamento e nas nossas discussões. Ele era muito ligado ao Guerreiro, tinha estado na França, cursando a *Sciences Po* (Institut d'études politiques) por um ou dois anos. Eu me interessava pelo Guerreiro, gostava do grupo do *Tempo Brasileiro*, a revista dele. E aí consegui o telefone dele e liguei: “Sou estudante” etc. e tal, e ele respondeu: “Então venha aqui”. Assim! E virei muito amigo dele, que acabou sendo meu padrinho de casamento com a Vânia [Bambirra]. Tive contato com outros do Iseb, mas o Guerreiro era o nosso líder... Ele brigava com todos, então não era possível ser “guerreirista” e adepto de outros... Ele era a liga. E nós nos definíamos sempre em torno de alguma corrente de pensamento, ou estética, ou filosófica, era assim...

MB: Era a turma dos mineiros. Como você conheceu o Rui?

De fato, o Rui, a Vânia e eu éramos mineiros. Nós nos conhecemos no congresso da Polop, em torno de um grupo da FGV que tinha ligação com o ISEB. Quem também estava no grupo era o Betinho [Herbert de Souza], um dos bolsistas. Simon Schwartzman também; na época era marxista, depois virou neoliberal radical. Rui foi igualmente para Brasília a convite do Darcy. A Vânia estava se formando lá em Minas, e com a chegada do Frank o grupo se ampliou.

MB: Sua tese de mestrado foi sobre o conceito de classe social. A tese foi publicada num livro pequenininho, *O conceito de classes sociais*, com dezenas de impressões clandestinas, que ainda se encontram por aqui e por outros países da América Latina.

É, aqui no Brasil foram seis edições, pela Vozes. Sobre a tese: já nos anos 1960 nós nos voltamos fortemente para o marxismo. Éramos um grupo de estudos, não é? Tanto para a leitura de *O Capital*, muito especificamente, como também para troca de ideias filosóficas. Líamos Marx, não só a parte econômica, mas o conjunto da obra dele. Tínhamos uma visão do marxismo bastante crítica à oficial do Partido Comunista, que era resgatar uma espécie de filosofia fechada, com materialismo dialético, materialis-

mo histórico etc. Essa leitura do marxismo não se dava apenas no Brasil, mas também na França. O primeiro grupo de leitura de *O Capital*, que eu saiba, foi aqui no Brasil. Depois, Louis Althusser criou o dele, no qual estava a Marta Harnecker. Ela era chilena, e ficaria muito ligada a nós, no Chile. Mas isso já é depois. Anteriormente, ela foi para a França estudar com o grupo do Althusser. No Chile, incorporou-se ao nosso centro de estudos.

RFA: O grupo de estudos marxistas que vocês montam é mais ou menos paralelo com o de São Paulo?

Mais ou menos, o de São Paulo começou primeiro, com o pessoal da USP, Fernando Henrique, José Gianotti, ali pelo final dos anos 1950, início dos 1960. Nós, já em Brasília, criamos o nosso *O Capital* um ou dois anos depois. Mas sabíamos o que estava sendo feito em São Paulo. Quanto ao Althusser, não tínhamos nenhuma notícia. Só saberíamos lá por 1962-64. Depois surgiu em São Paulo um segundo grupo, em 1962. E outros, em várias partes. No Chile, por volta de 1966-67, expandimos a discussão de *O Capital* para além da economia. A Marta, muito althusseriana, também ajudou a formar um grupo. Participava do nosso, no Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO), mas depois foi para a arquitetura, onde criou outro.

CF: Em que momento surge a discussão sobre a teoria da dependência?

O centro da discussão era o ISEB. Ali se catalisou esse debate, se formou um pensamento. Mas para você ver como as coisas não são casuais, Che Guevara, que foi ministro de Economia de Cuba mas pouco entendia de economia, também criou um seminário para a leitura de *O Capital*, que funcionava de madrugada e era coordenado por um economista de origem espanhola, mas que vivia na União Soviética. Esse grupo de leitura do Che se dispersou quando, em 1966, ele foi para a Bolívia. A maior parte de seus seguidores vai para o Chile, onde formam seus grupos de leitura de *O Capital*. Então, de repente você tem uma espécie de *assalto* ao *Capital*, ao marxismo, ao novo marxismo, invadido, cheio de tendências desconhecidas. Que foram se afirmando nesse processo e que deviam responder à questão do desenvolvimento, posta em primeiro lugar. Em toda a América Latina e no Brasil em particular, como mostram nossas literaturas. Mas já existia um grupo grande de gente trabalhando nesse tema. Como o ISEB, que foi um criador de pensadores, estudiosos.

O interessante do Celso Furtado é que ele cria uma série de respostas para as questões do desenvolvimento que estavam se levantando na época. Produziu um pensamento com forte conteúdo próprio, com respostas a problemas debatidos em toda parte. Ele assumiu uma perspectiva própria.

CF: Uma massa crítica, não é?

É, exato. E já em contato com a literatura de Celso Furtado. É muito interessante ver que o Celso tinha de fato influência nessa época, influência mais, digamos, de uma economia keynesiana. E ele articula isso com a problemática do desenvolvimento.

O interessante do Celso é que ele cria uma série de respostas para as questões do desenvolvimento que estavam se levantando na época. Esteve muito próximo de Raúl Prebisch desde o começo, fim dos anos 1940, início dos 1950, quando produziu um pensamento com forte conteúdo próprio, com respostas a problemas debatidos em toda parte. Ele assumiu uma perspectiva própria. Era uma época de muita discussão, acordos e desacordos, e nós, com cinco, dez anos menos, entrávamos na discussão e enfrentávamos...

MB: É interessante ver como se criaram esses grupos no Rio, em São Paulo. E depois, em Santiago, que se converte num centro de efervescência, de discussões teóricas. As primeiras formulações da teoria da dependência foram elaboradas exatamente no Chile, com influência do que é hoje a teoria da colonialidade. Como é que você vê esse momento político e teórico?

Vou para o Chile em 1966. Esses grupos de estudos não tinham órgãos que as criassem, foram iniciativas pessoais. Mas eram estruturas muito marcadas por aquele momento histórico. Por que a Fundação Getúlio Vargas? Porque havia realmente uma preocupação do governo Vargas, desde a década de 1930, de ter um centro de formação de pessoal qualificado. A USP, que surge mais ou menos na mesma época, era conservadora, mas se tratava de um conservadorismo moderno, muito influenciado

No Chile trabalhamos o conceito de “classe social”, que serviu de base para os estudos sobre a classe dominante no Brasil. Mas não só a dominante, porque também havia estudos sobre a classe operária e os setores populares. Era uma discussão filosófica, teórica, conceitual, já com o objetivo de responder às questões que estavam na ordem do dia.

nomia política, com uma amplidão bastante grande para abarcar as ciências sociais. A faculdade foi se envolvendo e passou a ser realmente um ambiente de ponta. E nós usamos esses métodos que vinham desde a década de 1960, os tais grupos, ou seminários de discussão de textos, mas também de pesquisas. Ali trabalhamos o conceito de “classe social”, que serviu de base para os estudos sobre a classe dominante no Brasil. Mas não só a dominante, porque também havia estudos sobre a classe operária e os setores populares. Então, era uma discussão filosófica, teórica, conceitual, mas já com o objetivo de responder às questões que estavam na ordem do dia, no debate intelectual em geral.

pelo existencialismo, e tentando responder às tendências mais nacionalistas. A UnB foi um projeto novo, com uma série de iniciativas.

E o Chile faz parte desse movimento. Parece que até há uma continuidade.

MB: Sim. Foi ali que se consolidou a teoria da dependência?

Acho que sim. Quando chegamos no Chile estávamos voltados para dar uma resposta a essas questões. Mesmo porque fomos vivendo experiências práticas, políticas, que exigiam uma resposta. E no CESO encontramos um local para desenvolver nossas discussões. Era um centro dentro da faculdade de economia da Universidade do Chile, e que se definiu como de eco-

RFA: Quando você fala “nós, nós no Chile”, quem eram os seus interlocutores?

Esse grupo do marxismo eram eu, a Vânia, o Gunder Frank, o Rui Mauro Marini. A situação do Betinho foi mais complicada, só em 1970 é que ele saiu. E se ligou mais ao pessoal católico. Tínhamos a Cepal como interlocutora. Embora fôssemos muito críticos da confiança que a Cepal tinha na industrialização como base de uma sociedade nova. E isso foi um dos pontos que nos levou a um enfrentamento teórico muito necessário. O que também tinha a ver com a discussão das classes sociais.

CF: Isso é algo muito interessante, que perdemos no debate sobre desenvolvimentismo hoje: como vai se dar a aliança de classes? Talvez porque a economia tenha ficado tão técnica que acabou se perdendo a dimensão da economia política.

Exato. No caso do Chile, nós fizemos uma reforma universitária que mudou toda a Universidade. Formamos grupos por setor, cada um deles com o que deveriam ser as matérias principais, as discussões, os caminhos, os temas fundamentais. Saiu disso uma Universidade nova. Dividimos o setor de economia: a economia política, que era a nossa, e a economia industrial, com influência das preocupações da época traduzidas para a problemática latino-americana. Mas não houve questionamento do caminho a seguir, que, na época, era reproduzir o mundo dos desenvolvidos.

MB: Talvez tenha sido um momento muito privilegiado, que não era simplesmente marcado pelo debate teórico, e sim pelo político. Grande parte dos que integravam esse grupo de pesquisa, que vocês formaram no CESO, assumiram cargos importantes no governo na época. Tem-se aí uma participação política muito concreta.

Exato. E, ademais, criamos uma revista, a *Chile Hoy*, cuja chefe de redação era a Marta. Criamos essa revista em 1971, logo depois da eleição do Allende. Já era, aí, um grupo muito militante. Bem, também estava a turma do Che. Já tinham chegado, formado o grupo, com o nosso, com outros. O Che tinha morrido em 1967. E nesse momento não se fez um balanço suficientemente amplo e desenvolvido do que representava a saída do Che de Cuba. O grupo dele foi para o Chile. Outro foi para a Bolívia. E nós, latino-americanos, tínhamos de responder às questões que se colocavam para nós. Foram momentos de grande tensão. A nossa revista *Chile Hoy* entrou nesse contexto. Era semanal, com material de excelente qualidade. Publiquei artigos meus na revista. E também um livrinho, lá na Venezuela.

MB: *Bendita crise!*

Sim, porque nesse livro eu dizia que sem crise não se avança. Querer fazer uma transformação implica resolver confrontações profundas de classes, de propostas alternativas. Nossa revista tinha uma presença muito forte e agregamos duas, até três tendências do Partido Socialista. Também o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) entrou como “irmão”, e também o Partido Comunista. Éramos uns seis ou oito que coordenavam a revista, além da Marta, presente o tempo todo. A Marta era uma trabalhadora braçal!

Mas talvez o que a Monica esteja levantando seja o fato de que, hoje, exista de fato uma tentativa de retomada da teoria da dependência, com grupos surgindo por aí. Querem ser uma tendência intelectual forte, e todos têm razão, porque o momento histórico, econômico, político, exige uma resposta. E o problema está na ordem do dia. Só que juntar tudo isso numa visão única, não é simples, não é fácil.

MB: Minha pergunta decorria mais da comparação com esse processo recente na América Latina, de avanço de governos progressistas. Vocês estavam num momento de grandes debates teóricos e efervescência política, mas a participação política foi muito menor que a influência e o potencial teórico que vocês tiveram. De alguma maneira houve um fracasso da tarefa proposta por vocês. A que atribui a falta de influência política quando havia uma influência teórica tão forte?

Os que viveram mais de perto o processo, os chilenos, por exemplo, sentiram isso muito fortemente, mas não foi só no caso chileno, isso também se deu em outras situações na América Latina. Estávamos realmente tentando resolver o problema do subdesenvolvimento. Eram as premissas da questão da “bendita crise”. Havia uma tendência que afirmava que ordenadamente poderíamos transformar nossas economias em economias modernas; ela respondia a uma demanda de diálogo entre desenvolvimento e transformação. Portanto, havia um desejo de transformação. Já a nossa

Nesse livro (*Bendita crise!*) eu dizia que sem crise não se avança. Querer fazer uma transformação implica resolver confrontações profundas de classes, de propostas alternativas.

colocação era diversa: pensávamos que as contradições iriam aumentar, e não se resolveriam. Na época a América Latina enfrentava o dilema do socialismo ou do fascismo. E isso realmente causava polêmica; nós aparecíamos como uma tendência política, que exigia soluções políticas. Foi assim até o golpe contra Allende. Ora, várias cisões surgiram. Eu, particularmente, nunca trabalhei no sentido de fazer cisão, de tirar gente de outros partidos. Achava isso uma perda de tempo. Mas houve naquele momento no Chile uma luta de facções.

CF: Está dizendo que as dissidências de certa forma enfraqueceram a atuação política de vocês, prejudicando assim a grande influência teórica que tinham? Vocês se deixaram levar, de certa forma, pela política partidária?

Eu acho que sim. Tínhamos um arcabouço teórico já de boa qualidade, a começar por todos esses enfoques críticos, como a rediscussão do marxismo. Porque voltar a *O Capital*, a toda essa literatura exigia uma leitura historicamente bem situada do processo revolucionário. Havia uma atração por essa problemática teórica, que estava relativamente bem organizada. Mas acho que demos um passo adiante, não só na questão imediatista de um grupinho que briga com outro, como na questão das grandes transformações que estavam em marcha.

E agora, retomamos a discussão com bastante força teórica, e com capacidade de questionamento e também com potencial criativo muito grande. Por exemplo, acho muito interessante essa confluência que houve nos últimos anos entre o pensamento do

Havia uma tendência que afirmava que ordenadamente poderíamos transformar nossas economias em economias modernas. Já a nossa colocação era diversa: pensávamos que as contradições iriam aumentar, e não se resolveriam. Na época a América Latina enfrentava o dilema do socialismo ou do fascismo.

Celso Furtado e o do nosso grupo. Então, temos agora uma rediscussão, porque a ascensão do Terceiro Mundo está questionando a globalização, não é mesmo? Está questionando todo um processo de hegemonia mantido há cinquenta anos, desde o pós-guerra. Tudo isso está agora em questão e nos leva à necessidade de um esforço teórico muito grande.

RFA: O que você acha que aconteceu no Chile?

Naquele momento nós todos subestimamos demais a direita e a influência dos Estados Unidos. Evidentemente, a traição do Pinochet foi, naquele quadro, uma consequência, e não a causa. O que é que deu errado no governo Allende? O que motivou aquele golpe tão brutal, a interrupção de anos e anos de vida democrática? Eu acho que realmente voltamos à questão central. O Chile foi possivelmente o caso mais evidente de que se podia fazer uma transição para uma sociedade mais moderna, mais avançada, sem conflitos maiores, onde as coisas podiam ser debatidas, organizadas. A transformação viria como resultado dessa capacidade, que a sociedade chilena já desenvolvera muito, de dialogar e de gerir um processo de transição. Mas acontece que o processo de transição era muito mais radical do que as pessoas pensavam.

Agora estamos de novo diante de um momento de discussão, de redefinição da ordem mundial. E não podemos ficar num plano de gestão mais organizado. Isto tudo é parte de uma luta histórica que afeta a capacidade não só de formular propostas como de nos envolvermos num processo de transformação muito mais radical do que pensávamos antes. Já estamos rediscutindo o que virá depois do auge dessa expansão do mundo sob a égide do pensamento liberal. O auge já passou, o pensamento liberal está em queda e sem instrumentos de autocorreção. Esse é o grande problema. Não há os instrumentos.

O Chile foi possivelmente o caso mais evidente de que se podia fazer uma transição para uma sociedade mais moderna, mais avançada, sem conflitos maiores, onde as coisas podiam ser debatidas, organizadas.

Era o problema que tínhamos também no Chile. A autocorreção parecia, pelo menos, plenamente possível porque, afinal, nós aprendemos a discutir. Muitas ilusões se criaram em função disso. E veio então o momento do golpe propriamente. Nós estávamos a três, quatro meses de uma tentativa anterior de golpe, que fracassou. A direita tinha fracassado totalmente. Os trabalhadores tomaram quase todas as empresas, e até entraram num processo de reestruturação de seu ambiente, não só de trabalho como político e de organização. Voltaram-se para o conceito de redistribuição de bens de consumo, que era algo com que o marxismo se preocupava menos, pois para ele o importante era a produção. Mas não se podia pensar em resolver apenas os problemas produtivos, não é?

A massa pressionou, aquela massa colossal, mais de um milhão nas ruas, com exigências, e mantendo as empresas ocupadas. E se pensava na gestão dos trabalhadores nas empresas, o que passaria a ser um objetivo... Então, realmente, aquilo era uma transformação revolucionária. Aí o Allende recuou, por causa da democracia cristã... Não houve um acordo possível conosco. Diziam: “você têm que devolver as empresas e abrir caminho para um diálogo”, diálogo que três meses depois descobrimos que não existia. Neste momento a sociedade da Venezuela vive uma situação parecida, outra vez, mas eles têm uma tradição de confronto. Então, acho que não há ninguém que imagine ser possível resolver os problemas da Venezuela com entendimento para aprofundar a discussão um pouco mais. A confrontação está nas ruas.

MB: Naquele momento a Unidade Popular, com sua experiência democrática, chega ao governo via eleições e inicia um conjunto de transformações brutalmente interrompido. Estamos vivendo momento similar na América Latina, não com o mesmo mecanismo de um golpe brutal, mas com interrupções abruptas de tudo o que foi acumulado ao longo de uma década e meia. Existem aí um ciclo, questões que estão se reproduzindo, se reelaborando.

Essa é a questão chave. Que está exigindo muito de nós. É o que abordo em meu livro *Desenvolvimento e Civilização*, em que lembro o papel muito importante de Celso nisso. Precisamos entender essa reestruturação mundial, que está se fazendo dentro de uma economia capitalista ainda, mas sob gestão estatal muito forte, como a do caso chinês. Você tem uma direção política extremamente efetiva, que é o Par-

tido Comunista da China. A impressão é que o PCC errou muito, mas estava certo. Ali, um, dois ou três fatores foram experimentados. Um, a presença real das massas, que é um ponto forte, uma base social orgânica em torno da Revolução — o que vinha desde 1917, desde o fim da Primeira Guerra Mundial. O Partido Comunista fazia parte da linha de frente do Komintern. Depois o Kuomintang começou a reprimi-lo brutalmente e tentou controlar a situação, mas terminou fracassando, e enquanto isso o PCC foi para o campo e criou um exército longe das cidades. Algo realmente fora do comum e fora do que se imaginava na tradição da discussão de estratégia e tática marxista. Não há outro caso de se criar um exército popular para desafiar o poder existente e realmente dirigir um processo de transformação, desde que haja um grau de coerência.

Fazemos uma confusão muito grande sobre o que está se passando na China. Sobre o que se passou também na Rússia e está se passando, em geral, nas zonas do Terceiro Mundo. A Índia, por exemplo, também representa uma proposta histórica fundamental. Há possibilidade de se articular essas forças para se criar uma condição global em que se afirmem tendências de transformação bastante radicais. Mas admito que esse é o ponto mais difícil, inclusive, para nós, pois não é fácil pensar isso sistemicamente. Mas estamos sendo ajudados pelos companheiros chineses. E eles são figuras muito interessantes, que em quatro, cinco, seis anos reformularam, assim, seu pensamento com rapidez enorme. Foram armando uma transformação social profunda, processo por trás da qual existiu uma preparação política. Que pode vir a ser um instrumento de garantia para um movimento de transformação maior.

RFA: Talvez nos falte essa preparação política? A nós, latino-americanos? Antes de 1964, houve uma tentativa de um olhar mais social, mas o golpe estava sendo gestado há alguns anos, e de repente quebra. Vem o Chile, nove anos depois, e quebra.

Eu acho que é uma tarefa nossa, dos que participaram de todo esse processo, tentar ajudar a criar um instrumental de análise e de gestão. Porque, veja bem, quando se discutia muito no começo do século XX a questão da gestão dos trabalhadores, da transformação revolucionária, tudo isso estava muito ligado ao trabalho dentro da empresa, à organização de núcleos que atuassem. Não era só a gestão do Estado. Isso, os chineses aprenderam nesses anos, eles sabem que têm de gerir o Estado mas tam-

bém as empresas. Não tenho nenhuma ilusão a respeito. Eles vão fazer transformações um pouco jogando com as duas partes, o Estado e a sociedade, avançando aqui, avançando ali. Sem terem realmente uma visão de conjunto, e do que o Estado pode ser como instrumento para essa transformação. É um aprendizado novo, mas que pode ser extremamente significativo em termos práticos.

Na América Latina nós aprendemos com vários casos. Com a Revolução Mexicana. É uma tendência

nossa subestimar o que representou historicamente a Revolução Mexicana. Ela mudou de fato as relações sociais e o direcionamento do pensamento político. Questões filosóficas e intelectuais foram aprofundadas. Como sempre, você avança, mas depois tem que recuar. Durante a Segunda Guerra, o desafio absoluto era a derrubada do nazismo. Mas no pós-guerra veio o período de transformações, que, porém, não foi suficiente para estabelecer uma solução de longo prazo capaz de perdurar. Mesmo porque, nos anos 1950, 60 e 70, houve uma nova fase de revolução científico técnica, que foi exigindo níveis de participação e de análise política muito mais sofisticadas do que em qualquer outro momento histórico. E aí estamos. Temos experiências, mas elas estão muito soltas.

É uma tendência nossa subestimar o que representou historicamente a Revolução Mexicana. Ela mudou de fato as relações sociais e o direcionamento do pensamento político.

CF: A China hoje é a grande novidade no mundo. Mas ela não tem solidariedade com a América Latina do ponto de vista do desenvolvimento ou de relações mais igualitárias; ela atua como predador, não é?

É. Mas é que tem impacto mundial, e eles passaram esse longo período tomando decisões pragmáticas. Então, é o que eles têm hoje. Uma coisa é você ter 20 e poucos por cento, 30%, do poder de decisão. Outra é ter 60, 70%. As responsabilidades que isso representa são imensas. Se nós vamos conseguir transformar isso numa experiência articulada e acumulativa, é uma grande pergunta.

RFA: Dando continuidade à sua trajetória, depois do golpe do Chile você se exila no México.

O fracasso do Chile teve implicações muito fortes na região e em nível mundial, e foi muito aproveitado pela ofensiva neoliberal. Eles atacaram fortemente. Tivemos de recuar muito. No México, a parte teórica de toda a teoria dependência avançou muito. Também coincidiu com aquele grande momento do debate Sul-Sul. E criamos a Associação Mundial de Economistas do Terceiro Mundo, em que o Celso teve uma atuação muito importante. Organizamos um grande colóquio na Argélia, depois teve outro em Cuba. Criou-se aí, de fato, uma expectativa muito interessante. O cerne dessa expectativa era conseguir convencer os setores avançados, modernos, liberais, de concederem uma percentagem de sua riqueza para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Quer dizer, nos colocávamos na posição de pedintes. Mas com uma base política e econômica muito importante, como se viu com a criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A OPEP, por volta de meados dos anos 1970, estabeleceu uma base material de intervenção dos países de Terceiro Mundo.

E foi por isso mesmo que a armação neoliberal começou a demonstrar sua inviabilidade. Mas não soubemos dar continuidade àquele movimento de força do Terceiro Mundo.

RFA: De certa forma, os anos de exílio no México mostravam na prática que tínhamos um desenvolvimento dependente.

Sim. Mas depois emergiu outra grande onda progressista, que é o que esteve em marcha até recentemente na América Latina. Por isso é que está surgindo toda uma juventude preocupada com isso, e que está buscando esse caminho. Porém, institucionalmente, nós temos poucos apoios sólidos. Não temos, por exemplo, um grande centro de estudos para pensar esses problemas, apesar das diversas iniciativas. Os chineses já têm isso na cabeça: “Precisamos disputar a hegemonia cultural, não é só o plano político”. Mas eles têm uma civilização que amadureceu em quatro mil, cinco mil anos. E a China pode chamar o mundo a participar dessa experiência histórica. Estão tentando. Estão formulando e propondo.

RFA: Você foi uma pessoa muito importante na difusão das ideias germinadas na América Latina. E no México parece ter consolidado o arcabouço teórico da depen-

dência. Numa época em que, mal ou bem, o Terceiro Mundo parecia pesar mais que hoje. Hoje, até a posição de pedinte está comprometida. É isso mesmo?

É que estamos subestimando nossa força. Veja, por exemplo, os Estados Unidos dando voltas para cá e para lá a fim de resolver situações na América Latina. Querem tirar do poder cinco ou seis dirigentes que são um problema para eles: os Estados nacionais que não aceitam se subjugar a essa política deles. Pois, veja bem, em 1961-62, quando a OEA conclamou esses países a romper relações com Cuba, todos os países latino-americanos romperam, exceto o México. Todos. Na grande reunião continental do G20, em 2014, eles queriam ver se por um ou dois votos poderiam se meter na política latino-americana em geral: atacar o domínio de uma nova organização que foi criada nesse contexto, dois ou três anos antes, a Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). Temos tendência às vezes a desprezar o Caribe, mas ele é a conexão entre o Oceano Atlântico e o Pacífico.

A Celac inteira determinou que sem Cuba não haveria reunião, e ninguém apoiou essa história de que a Venezuela representava uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Foram os dois pontos que liquidaram a reunião. Então, na verdade, a correlação de forças mudou, e mudou no sentido de que se têm condições de paralisar essas ofensivas de direita tão fortes. O que se passa é que não mudamos suficientemente para usar essa debilidade dos Estados Unidos hoje e marcarmos um avanço em nível mundial. Não podemos ficar acreditando muito nessa propaganda que eles fazem, de que estão na ofensiva.

MB: Voltando à pergunta do México, você acha que foi ali que a teoria da dependência se aproximou da esquerda estadunidense? Como se deu essa aproximação? Quais foram os diálogos, os interlocutores? O seu artigo publicado na *American Economic Review*, por exemplo, foi um passo? Como vê essa aproximação com a esquerda estadunidense?

Na década de 1960 rompe-se nos Estados Unidos o ideal progressista. Abre-se uma crise muito grande, e que se vai aprofundando com a guerra do Vietnã. Aí, a derrota foi tremenda. Os Estados Unidos mobilizaram 500.000 homens para serem derrotados, não é? É quando chega ao auge a questão nacional e, particularmente, a do movimento negro. Nesse momento, o movimento negro americano abandona a ideia de que os negros estão pedindo para ser aceitos como parte da sociedade, como gente bem comportada que obedece à legislação civil. Agora, não mais. Em 1964, 65, 66,

surge um novo desafio, com o movimento dos Panteras Negras, então a coisa endurece, pois eles dizem: “Não queremos nada de vocês, nós somos nós. E não gostamos de vocês”. E dizem mais: “*Black is beautiful*, somos pretos, não queremos ser civilizados como vocês”. Isso, mentalmente, é uma virada muito forte. Mas isso passou, e foi parte da derrota americana, no final da década de 1960. Nós estávamos vivendo esse processo dentro do México, para onde foi muito dessa gente progressista. E afirmou-se ainda mais a ligação entre eles e a América Latina. Ao mesmo tempo, no resto do mundo havia um movimento de defesa do direito ao desenvolvimento, mais articulado, comandado por forças que já não se submetiam à ideia de que o mundo era hegemonizado pelo eurocentrismo. Definitivamente, acho que o eurocentrismo está vivendo a crise dele. E não vai aguentar muito mais tempo, porque dentro desse eurocentrismo há uma profusão de forças antissistema. Então, percebe-se que há uma ofensiva por parte dessas forças. A tendência é serem vitoriosas. Enquanto isso, o fracasso que tivemos aqui, nesses dois, três últimos, anos é realmente um sinal do nosso atraso. Bastante sério.

RFA: Era a época de Paul Baran, Paul Sweezy, depois vem a *New Left Review*. Hoje você vê nos Estados Unidos, ao menos nas universidades, algo parecido, com exceção talvez do Noam Chomsky?

Não, toda essa produção caiu muito diante do ataque neoliberal. A ofensiva foi muito forte. O Bernie Sanders mostrou que ainda existem essas coisas que parecem ocultas. Mas é difícil esperar uma mudança. Ele mesmo foi até mais longe do que se podia esperar. O problema que os Estados Unidos estão tentando ocultar — não só os Estados Unidos mas a Europa também, a Europa que ainda aceita essa hegemonia — é que existe a ameaça de que eles percam o controle, e a forma de se defender é atacar. Por isso estão tentando reativar um projeto militar que é seríssimo. E tentam uma estratégia de caos, que é a que conseguiram no Oriente Médio. Não existe no Oriente Médio hoje mais um só país dirigido politicamente no sentido pró-americano. Aliados realmente sólidos, eles não têm. Ali, o que criaram foi uma situação de inviabilidade de uma política comum. O que fazem é manter esse clima de guerras, ameaças. Não vejo como podem manter isso por muito tempo, essa política conduz à guerra. E aí, vamos ter que contar com os chineses. Sem eles não vamos conseguir parar.

MB: É nesse momento, no final do período do México, que você se aproxima da teoria do sistema mundo, compartilhada com a ideia de economia mundial?

Foi por aí, em torno de 1970. Foi quando vimos que o processo chinês exigia uma explicação mundial mais sistemática. Daí resultou meu livro *Imperialismo y dependencia*, no qual sistematizei ideias que tinha avançado antes. A primeira edição é de 1973, as seguintes, eu já estava no México. Então eu saio do México já com essas ideias organizadas e sistematizadas. Na tentativa de situar o quadro mundial, a decadência dos Estados Unidos era um dos aspectos centrais. O que sempre me causou problema, porque sempre temos a ideia de que Estados Unidos são uma força colossal. Sim, uma “força colossal”, mas lamento muito: depois da Segunda Guerra tinham 43% da produção mundial, hoje têm 14%, 15%. E ainda com tendência a aprofundar a crise que já vinha dos anos 1960, não é? E com um déficit comercial colossal, que vai avançando e desgastando a economia americana. Então, apesar da concentração financeira, capitalista, eles vão ter que ceder, mas é perigoso porque nesse processo de ceder talvez tenhamos de enfrentar crises muito violentas. Por isso mesmo é que precisamos de um projeto mais mundializado, capaz de articular forças para deter essas ousadias e pretensões, tão absurdas. Tenho a impressão de que esses ataques que fazem ainda demonstram ter muita força, mas estão acumulando contradições, como as que semearam no Oriente Médio. Não têm como parar, aquilo ali já está fora de controle. E o que farão com a Rússia, na tentativa de obrigar os russos a voltarem atrás, a cederem, terá como resultado um fracasso total. Com a China, pensavam que iriam detê-los, que os chineses teriam limitações econômicas para continuar crescendo. E inclusive criaram algo muito interessante, um clima de que os Estados Unidos estavam em plena recuperação — com 2,5% de crescimento, que por sinal no ano seguinte baixou para 1,5% — e a China, em plena decadência, com 6,5, 7,5% de crescimento. Escutei isso tantas vezes! Gente acreditando que 7,5% era menos que 2,5%! Se continuarem trabalhando com essas premissas e fórmulas, não vejo como podem garantir o longo prazo, porque não têm mais recursos para isso.

RFA: Com a anistia, você encerra o exílio e, aqui, se envolve com a política partidária, entrando para o PDT (Partido Democrata Trabalhista). É isso?

Sim, sim. Estamos juntos com Brizola. A ideia do partido nasceu ainda em Lisboa. Com a proposta de reconstrução do trabalhismo, mas depois a coisa complicou mui-

to, porque a Ivete Vargas puxou o tapete, com o Golbery do Couto e Silva por trás. E nos jogou, de repente, na situação de ter de reconstruir o partido. Durante todo esse período militei a 100%. Fui até mesmo candidato a governador.

Acho que há muito preconceito contra o Brizola, como, aliás, contra as figuras de origem popular, em geral. Se bem que a origem popular do Brizola seja matizada. Ele foi criado por protestantes, mas seu modelo mental teria algo de autocrático e de uma figura popular que se impõe. Tudo isso são criações, é claro, em função de uma luta política concreta de interesses em jogo, mas na minha relação com ele nunca tive nenhum momento em que não tivesse confiado no que ele propunha ou dizia. Raramente ele atuava pensando em algum interesse pessoal menor. Porque esse é um problema presente em muitas de nossas lideranças. Todas têm um personalismo muito forte, e apesar de o terem acusado disso, posso afirmar que isso não corresponde à realidade. Respeitava muito as decisões coletivas. Vejo nele uma posição bastante positiva. É claro que, com o tempo, o PDT teve um problema grave, porque quisemos recompor uma base social de origem muito popular num momento em que a classe operária brasileira tinha criado uma vertente nova, qualificada, com capacidade de mobilização nova também, e capacidade de negociação maior que a dos sindicatos que eram garantidos pelo apoio do Estado. Tínhamos esse problema. Assim, quem dentro da esquerda acabou tendo a liderança foi o PT (Partido dos Trabalhadores). A origem operária e sindical dava-lhes uma série de vantagens junto desse setor mais operário e qualificado, mas também vindo da classe média. Isso, aliás, acabou sendo um problema complicado para o próprio PT e para quem o apoiou. Pois a ideia deles não era romper com a sociedade anterior, mas, digamos assim, promover uma “melhoria” das condições sociais. O que fizeram com êxito e muita inteligência, mas incapazes de trazer soluções mais profundas. Esse é que é o problema de toda essa história.

RFA: É a crítica que você faz aos governos Lula?

É. Tudo bem, se não puder ir muito mais longe, mas isso tem que ser discutido, inclusive com a classe trabalhadora e com as forças que o apoiavam. Certas decisões ficaram em segundo plano. Não se tocou em certos problemas. Veja que interessante: o secretário-geral do PT, até o Fernando Henrique ganhar as eleições, era nosso amigo Francisco Weffort. Pois bem, quando o Fernando Henrique ganha, o chama para ser ministro da Cultura. E o PT “dá licença” para ele ser ministro do partido inimigo do PT.

O PDT teve um problema grave, porque quisemos recompor uma base social de origem muito popular num momento em que a classe operária brasileira tinha criado uma vertente nova, qualificada, com capacidade de mobilização nova também. Assim, quem dentro da esquerda acabou tendo a liderança foi o PT.

É uma fraqueza, não é? E o que falar da decisão de deixar aquelas taxas de juros absurdamente altas, que foram aceitas em todos esses anos? Não houve uma discussão clara. Ao mesmo tempo, as formas de distribuição de recursos pelo Estado fortaleceram muito os sindicatos dos trabalhadores nesse período, e seus dirigentes também. Assim, acabaram praticando uma política a serviço de um grupo. E ninguém discutiu isso, nem explicitou. Em suma, temos hoje um partido extremamente forte que para recompor politicamente o Brasil deste momento está em situação difícilíssima. Esses compromissos que vão sendo construídos, de concessões, acabam assim. Não sou contra acordos políticos, eles ajudam ao pro-

jeto histórico, mas não podem ser escondidos. Sim, escondidos, porque a população não sabe suas razões, tudo fica por isso mesmo, e de repente quem está recebendo e concentrando massivamente os recursos do país é um grupo de capital financeiro, não é? Enfim, é isso que nos parece estar por trás da tentativa de reconstrução da teoria da dependência, que vem sendo buscada por esses grupos de jovens. Há uma demanda, embora eles nem sempre tenham clareza sobre o que querem exatamente. Parecem indagar: “por que estamos fazendo essas concessões se as criticamos por tanto tempo?”. Tudo bem, recuar é normal, quando não é possível avançar tem que se encontrar uma forma de negociação, mas não exatamente embrulhando tudo de tal maneira que já não seja possível entender ou clarificar as alianças. Porque dizer que o povo é inculto politicamente é um engano. Mas tem de discutir, tem de ter clareza a respeito das razões que levam ao recuo. O PT não avançou mais porque, no fundo, fez uma política mais generosa para o grande capital do que ele mesmo estava demandando.

RFA: O que você, que tem longa experiência de América Latina, diria hoje à esquerda de um continente que, entre crises periódicas, dá três passos à frente e de repente um atrás, quando não tem de recuar cinco?

No momento estamos tendo um recuo cavalgar, vai demorar, especificamente no Brasil. O que considero importante é que, primeiro, se tenha de fato compromisso sério, com visão mundial, pois não podemos continuar a pensar o mundo a partir de situações locais e isoladas. É preciso ter um instrumento de estudo permanente sobre as direções que tomam, hoje, a economia mundial e a política também, porque tudo integrado. Esse é um ponto crucial, em que entram os problemas da China, mas também as negociações com as forças que tomam iniciativas no processo global e que possam levar a acordos em torno de uma série de questões. Por exemplo, uma questão que sempre nos preocupou é a unidade dos países em desenvolvimento. Chamemos assim, está bem? Muitos deles já alcançaram graus bastante elevados de desenvolvimento. Veja o caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), é muito impressionante. Há casos em que um país, em dois ou três anos, salte da condição de pedinte do FMI para a de acionista. E depois, há o bloco da Ásia, que é outra grande dimensão. Pensemos também nos outros grandes projetos históricos de desenvolvimento, de infraestrutura no mundo. Isso tudo pode permitir retomar projetos nacionais, recuperar parte da questão nacional. Porque são projetos e interesses nacionais, mas vistos do ponto de vista do desenvolvimento da economia e da política mundial. Não adianta pensar o desenvolvimento como uma questão só interna, tem que colocá-lo nesse contexto do sistema mundial. Depois, então, é que entram esses outros avanços, que temos que reconstruir, e reconstruir a formulação política, a capacidade organizacional, política, partidária. Depende das possibilidades internas de cada país. Mas sempre pensando em tê-las como instrumentos de negociação mundial. Veja o Brasil no quadro dos BRICS. Mesmo com uma burguesia displicente, desinteressada, o potencial brasileiro se faz sentir. Então, por que não ser um operador consequente dessas possibilidades?

Um terceiro ponto se refere aos movimentos sociais. Tiveram, nesses anos, algumas melhoras marginais, mas não foram levados para o interior das grandes decisões políticas nacionais. O PT diminuiu enormemente o trabalho de organização política e partidária dos movimentos sociais, nos anos de governo. Então, estaria na hora de assegurar uma visão política em que se compreenda de fato o papel das bases sociais

do sistema. E aí surgem coisas complementares fundamentais: a democracia como referência, não como a democracia burguesa mas como realmente representativa do papel majoritário dos trabalhadores. Acho que o caminho é por aí: um bom trabalho de articulação, e de respeito às possibilidades do processo, pode começar a mudar a correlação de forças e lançar uma nova ofensiva.

CF: Como foi a sua experiência na REGGEN (Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável)?

O REGGEN é uma das cátedras da Unesco, que criou várias pelos anos 1960-70. A ideia é incrementar a colaboração com a universidade, a partir de apoios que a Unesco dá a iniciativas que ela considera merecedoras. Conseguimos a cátedra em 1997. Foi uma luta complicada e difícil, mas conseguimos, mostrando, primeiro, que precisávamos de um instrumento de análise mundial. Depois, evidenciando que a cátedra tinha de respeitar a problemática do Terceiro Mundo, como algo fundamental para compreender, inclusive, a reestruturação da economia mundial. Conseguimos também que a cátedra se hospedasse aqui no Rio. Aí nossos amigos do Norte indagaram: “O que é isso? Rio de Janeiro? Imaginem! Estudar a economia mundial tem de ser nos Estados Unidos, no Japão, na Europa”. Então recorri ao Celso, de novo, e rebati: “Nós temos, nós desenvolvemos uma visão sistêmica da economia mundial, com um papel histórico”. Eles foram recuando. Mas o problema é que os recursos que podem dar são mínimos. E foram diminuindo com o tempo. E também oscila muito dependendo de quem é o diretor-geral da Unesco.

MB: Você trabalhou nos anos 1980 e 1990, em colaboração com as universidades japonesas, na revolução científico-técnica como uma dimensão fundamental da reestruturação do capitalismo mundial. Essa dimensão do seu trabalho deveria ser recuperada neste momento em que a América Latina está repensando o desenvolvimento, a industrialização. Como você vê essa imbricação entre as suas pesquisas sobre a revolução científico-técnica e esse momento de pensar o processo civilizatório e o desenvolvimento?

Eu acho que o fato de não termos desenvolvido mais esse trabalho é muito relativo; não tivemos condições de fazer grandes pesquisas sobre os avanços da revolução científico-técnica. A grande pesquisa que no Brasil foi feita cabe a Amílcar Herrera, gran-

de cientista argentino, que trabalhou no Instituto de Geociências da Unicamp sobre prospectiva tecnológica na América Latina. É muito pesado para um grupo sem recursos como o nosso tentar fazer uma pesquisa desse nível.

RFA: A criação da UNU (Universidade das Nações Unidas), sediada em Tóquio, da qual você e Celso fizeram parte, ajudou um pouco, não foi?

A UNU foi muito importante. Sem sua ajuda, não teríamos avançado tanto. Avançamos, no Terceiro Mundo, em várias direções, mas a questão da revolução científico-técnica em particular ficou em recuo. Mas temos uma retomada, a começar por esse grupo de jovens que estão reestudando a teoria marxista da dependência, um dos instrumentos mais concretos para repensar a economia na América Latina.

Houve uma tendência a ideologizar demais os problemas. Como se ainda estivéssemos meio prisioneiros da Revolução Cultural chinesa, da década de 1960, 1970. E da ideia de que o avanço tecnológico tem de ser ajustado às demandas concretas da população, às suas necessidades, sem levar em consideração que os avanços científicos são relativamente dependentes das pretensões de comandar um processo de transformação mundial. O avanço da ciência tem sua lógica própria de desenvolvimento e expansão, e no governo, em alguns momentos, no CNPq ou na Capes, houve certo apoio a essa linha.

Mas ainda nos faltam instituições. Essas pesquisas exigem recursos vultosos. No México tem gente trabalhando sobre isso, o grupo do Leonel Corona, na UNAM, fazendo estudos sobre tecnologia, ciência e desenvolvimento. Reúne-se permanentemente e é muito voltado para o projeto mexicano, quando o México pensou que poderia avançar para a Califórnia, junto com os setores de ponta do desenvolvimento científico e tecnológico. Os mexicanos pensaram nessa hipótese mas não conseguiram instrumentalizá-la, porque por motivos óbvios não foi possível criar uma aliança política capaz de dar continuidade a esse processo de transformação.

RFA: Você é um dos formuladores centrais da teoria da dependência. Mas gostaríamos de saber quais foram as suas outras contribuições teóricas em todos esses anos em que você tem pensado o mundo.

Em primeiro lugar, creio que nós, eu particularmente, fizemos uma releitura do marxismo numa visão mais dialética, e muito criativa. Lamento não ter podido de-

Acho que tive um papel importante no processo crítico feito ao eurocentrismo; foi um esforço coletivo, é verdade, mas creio ter tido destaque na crítica cultural, na tentativa de compreensão do processo histórico moderno.

envolver mais esse ponto, mas o que se aprofundou foi importante. Em segundo lugar, acho que tive um papel importante no processo crítico feito ao eurocentrismo; foi um esforço coletivo, é verdade, mas creio ter tido destaque na crítica cultural, na tentativa de compreensão do processo histórico moderno. Um terceiro ponto foram as reflexões que dediquei à estratégia e à tática socialistas. Outro ponto seria a tentativa de aplicar esses avanços mais teóricos e conceituais à ação política organizada, à práxis, conjugando

pensamento e ação. Mas ficamos em Lênin, não tivemos tempo para ir adiante, e fechar esse ponto. Tenho muita satisfação de encontrar ex-alunos que assistiram a esses cursos que dávamos. E muitos foram no México, onde se formou um ambiente ótimo para essa reflexão mais sistemática. No nosso caso já vinha desde a criação da Polop, quando buscávamos essa transformação do pensamento em ação política. Mais um ponto em que avançamos foi na interpretação da história política do Brasil. Lamento que não tenha havido continuidade nisso, pois estávamos dando uma contribuição importante. Não tanto em torno da história propriamente, mas da interpretação de certos fenômenos históricos. Acho que meu livro *Revolução histórica do Brasil* dá pistas importantes para se compreender processos que parecem às vezes impossíveis de interpretar. E quando se integra tudo isso numa visão sociológica mais aberta, chega-se à ideia de que não existe propriamente um sistema socialista puro. Existem processos de transição em que se têm hegemonicamente forças que caminham para transformações na direção do socialismo. Este é, enfim, mais um ponto: minha reflexão sobre a transição para o socialismo. Ainda pretendo escrever algo mais sistemático sobre essa questão, como forma de iluminar o processo histórico.